

Escola Secundária de Alcochete

Círculo de Setúbal

Projecto de Recomendação

No âmbito do concurso “Parlamento dos Jovens”, decidimos reflectir sobre o tema “União Europeia: participação, desafios e oportunidades” com vista a identificar os diversos problemas existentes no espaço comunitário que afectam directamente todos os cidadãos europeus. De forma a resolver os problemas identificados, criámos medidas nas áreas da educação, da saúde e da cidadania e Direitos Humanos.

Primeiramente, identificámos uma dificuldade por parte dos jovens cidadãos em obter informação sobre os seus direitos e sobre as oportunidades que têm ao seu dispor dentro do espaço comunitário. Algumas dessas oportunidades existem, são uma realidade, mas muitas vezes os jovens que querem dispor das mesmas, como estudar no espaço comunitário, realizar estágios ou participar em acções de formação académica ou profissional, não conseguem obter a informação necessária. De forma a rentabilizar tudo o que a União Europeia oferece aos seus cidadãos, acreditamos que a criação de um observatório europeu da juventude, poderá ser uma resposta para muitos dos diversos problemas especificados. Este centro, sobre jurisdição comunitária, seria publicitado ao nível das escolas, estando aberto a todas e quaisquer dúvidas e propostas dos alunos, de forma a responder às suas aspirações académicas e profissionais.

Para além de informar os jovens das facilidades disponíveis, o Observatório teria como objectivo a criação de igualdade de oportunidades através de apoios financeiros ou bolsas e alojamento no país em que o aluno se proponha a estudar.

Este plano necessitaria de classificações académicas que o sustentassem, embora os critérios de avaliação pudessem ser subjectivos e adaptáveis em relação ao conteúdo do próprio plano. O “observatório” teria também funções no sentido de incentivar os jovens que estivessem a entrar em idade laboral a aderir aos mais diversos programas de formação profissional, de modo a obter uma média de qualificação profissional mais elevada em toda a Europa, uma vez que, quando comparada com outras potências mundiais como os EUA e o Japão, a União Europeia revela menores níveis de competitividade e inovação tecnológica.

Após debate com a comunidade escolar, decidimos procurar responder aos diversos problemas criados pelos choques culturais existentes nas sociedades europeias, muitas vezes devido à imigração. Daí termos chegado à segunda medida.

Acreditamos que os regulamentos das instituições públicas são áreas onde podemos fazer a diferença, onde podemos agir e propor medidas mais em consonância com os valores que defendemos. Daí propormos a criação de mecanismos de fiscalização da legislação comunitária, onde se encontram especificados os direitos de cada cidadão europeu a expressar livremente as suas crenças, as suas tradições e as suas culturas, de forma a evitar ou minimizar possíveis choques culturais.

Apesar de querermos minimizar ao máximo discriminações e choques culturais, a expressão dos valores e crenças oriundas dos países de origem dos imigrantes, só pode ser feita desde que as mesmas não vão contra a Carta dos Direitos do Homem.

Queremos, por isso, evitar limitações e discriminações a nível cultural e social, promovendo a adaptação dos imigrantes à realidade europeia no contexto de respeito mútuo e de aprendizagem conjunta, pois cremos que só respeitando os valores e tradições dos países de origem dos imigrantes se pode enriquecer culturalmente um país e a própria população do mesmo.

Por fim, e porque a União Europeia não avança sem cidadãos sãos, pensamos ser importante desenvolver medidas conducentes a uma Política Comum de Saúde, tendo esta como objectivo, equilibrar e minimizar as discrepâncias de preços dos medicamentos nos vários países da União Europeia, facilitando a acessibilidade das famílias mais desfavorecidas, garantindo assim o direito básico à saúde, a todos os cidadãos comunitários.

Medidas Propostas

1 – Criação de um Observatório Europeu da Juventude cujo objectivo é o de criar igualdade de oportunidades para todos os que quiserem estudar no espaço comunitário.

2 - Criação de mecanismos de fiscalização da legislação comunitária sobre os direitos dos imigrantes dentro de cada estado membro

3 – Política comum de saúde, com o equilíbrio do preço dos medicamentos, de forma a haver mais fácil acesso aos mesmos.